

--- Aos doze dias do mês de Março do ano de dois mil e dez, pelas vinte horas, no Edifício do Auditório da Casa da Música, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--- Ponto número um – Apreciação e eventual aprovação do pedido de autorização de empréstimo para aplicação em investimentos, até o valor de dois milhões e setecentos mil euros, ao abrigo da alínea d) do número dois e do número sete, do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro;-----

--- Ponto número dois – Período fora da ordem do dia – Intervenção do público.-----

--- Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Feliciano José Barreiras Duarte, Hélder José Mineiro Mesquita, Luís Miguel Gonçalves Oliveira, Rogério Manuel de Sousa Pinto Correia e de Joaquim Elias Timóteo Carlos, tendo os três últimos sido substituídos pelos Senhores Deputados Floriano Rodrigues Almeida, Alexandre dos Santos Ferreira e Evaristo Ferreira Ribeiro, respectivamente, e da Senhora Deputada Maria Cristina Fernandes Rodrigues, que foi substituída pelo Senhor Deputado João Maria Gama Lourenço.----

--- Como faltou o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a mesma ficou constituída, nos termos do Regimento, pelo Senhor Deputado José Luís Rocha Oliveira, Primeiro Secretário, que presidiu aos trabalhos e pela Senhora Deputada Celeste Maria Ferreirinha Afonso, Segundo Secretário.-----

--- Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos.-----

--- PONTO NÚMERO UM – Apreciação e eventual aprovação do pedido de autorização de empréstimo para aplicação em investimentos, até o valor de dois milhões e setecentos mil euros, ao abrigo da alínea d) do número dois e do número sete, do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro:

- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil novecentos e noventa e oito, de doze de Março do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, o Pedido de Autorização de Empréstimo para Aplicação em Investimentos, até ao valor de dois milhões e setecentos mil euros, ao abrigo da alínea d) do número dois e do número sete, do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro.-----

--- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que o empréstimo é para alavancar despesas de capital, alavancar novos investimentos, alavancar investimentos no valor de cerca de cinco milhões de euros, alavancar alguns compromissos que têm por força daquilo que foram as candidaturas ao QREN, e por isso é necessário alavancar estes investimentos. Isto é um pedido de financiamento para dez anos, com um período de carência de dois anos, ou seja, nos dois anos que seguem à outorga do contrato, têm só o encargo dos juros, sem amortização do respectivo capital. Têm as obras que tiveram a oportunidade de avaliar, desde o multi-serviços de A dos Negros, complexo logístico municipal, Jardins de Infância no Vau, na Usseira, em Gaeiras, em Óbidos, vários espaços de requalificação dentro do centro histórico, objecto de uma candidatura também aprovada. Um conjunto de investimentos que este Município, em sede de campanha eleitoral, assumiu com o eleitorado e que foi, obviamente, sufragado, e que, de

alguma maneira, o eleitorado quis dizer, de uma forma bem clara, que queria e que pretendia que o Município não parasse a sua estratégia de investimento. Em nome desse investimento e desse compromisso, entendeu o Executivo, em face das circunstâncias que também tem, de receitas próximas, receitas a curto prazo, estimadas na ordem dos treze, vírgula, três milhões de euros, tomar como essencial esta decisão de não sacrificar qualquer obra, de não sacrificar o investimento, de não sacrificar o investimento público e alavancar com isso também crescimento económico, à sociedade civil, à sociedade de privados. Foi com esse sentido responsável, que tomaram como opção a consulta. Têm as condições oferecidas pela entidade bancária que, em sede de consulta, apresentou. Têm um spread de um, ponto, vinte e cinco. Têm, em qualquer momento que o Município queira, a possibilidade de amortizar o seu capital, não tendo qualquer penalização. Este pedido de empréstimo é para alavancar despesas de capital e para alavancar investimentos que a população de Óbidos lhes disse que era importante fazer.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que a palavra que mais se ouviu na intervenção do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal foi que este empréstimo servia para alavancar investimento. Curiosamente, citou uma série de investimentos que este empréstimo, provavelmente, irá alavancar, mas curiosamente não citou todos. De facto, é um pouco difícil de explicar como é que se vai alavancar investimento, quando este empréstimo vai ser usado para pagar areia e tout-venant. Reparou que, estrategicamente, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal omitiu essa componente do empréstimo para pagar areia e tout-venant. Certamente, estará fora do seu entendimento de alavancar de investimento. Relativamente a esta questão gostava de dizer que o maior orçamento de sempre deu origem ao maior indevidamente de sempre, esta é que é a verdade. Mais do que gastar mal aquilo que tem, a maioria do PSD passou a gastar mal aquilo que não tem. Com este empréstimo são já cerca de sete milhões de euros de endividamento de médio e longo prazo do Município num só ano, e das suas empresas municipais, a que se juntam as dívidas de curto prazo a fornecedores de cerca e nove milhões de euros. Muito se lamenta o PSD do endividamento deixado pelo Executivo PS em dois mil e um, que hoje sabemos foi menos de metade daquilo que o PSD irá deixar ao futuro Executivo. À conta da maioria PSD cada cidadão de Óbidos já deve para cima de mil e cem euros à banca. Este empréstimo é inaceitável por três motivos. Primeiro – Não é pago por quem o pede. Já que tem um prazo de dez anos e um período de carência de dois anos; Segundo – É um empréstimo que se destinará ao pagamento de facturas de fornecedores e empreiteiros de obras já feitas, em boa parte no anterior mandato; Terceiro – Não se destina a concretizar novos e reprodutivos investimentos, já que um dos destinos deste novo empréstimo bancário é o fornecimento em contínuo de tout-venant. Sabemos que ao fim de alguns invernos o tout-venant precisa de ser repostado. Quer isto dizer que um dia ainda estamos a pagar capital e juros de tout-venant já desaparecido. Para cúmulo, os elementos obrigatórios que devem ser enviados à Assembleia Municipal, nos termos da Lei, foram sendo remetidos hoje à tarde, por e-mail, aos bochechos. Por aqui se vê a consideração que esta Assembleia Municipal merece do Executivo PSD e a forma ligeira como tudo isto é tratado. E continuam a faltar respostas às seguintes perguntas feitas nas reuniões de Câmara de vinte e quatro de Fevereiro e de dez de Março de dois mil e dez: Primeiro – Quais os factos posteriores à reunião da CMO realizada no passado dia dez de Fevereiro que levaram à decisão de ter sido desencadeado o processo com vista à contratação

urgente de um empréstimo bancário no valor de dois milhões e setecentos mil euros sem conhecimento prévio de todos os Vereadores? Segundo – Qual a taxa de execução orçamental de dois mil e nove e já conhecida deste ano de dois mil e dez? Terceiro – Qual o valor actualizado das dívidas a fornecedores? Quarto – Qual o valor das facturas de fornecedores ainda não conferidas? Quinto – Qual o valor dos restantes compromissos com fornecedores (contratos e encomendas ainda não facturados)? A agravar tudo isto o facto de esta proposta de no empréstimo bancário hipotecar a acção do Município no próximo mandato, em que poderão não existir fundos comunitários nem receitas extraordinárias. Perante as evidentes dificuldades financeiras do Município de Óbidos há que rectificar o orçamento para dois mil e dez e fazer reformas estruturais no Município e nas suas empresas municipais. Chegou o tempo de acabar com o empolamento nas promessas e nos orçamentos. Há que expor realisticamente a situação, para que sejam ajustadas as expectativas anteriormente criadas à população. É preciso que a maioria PSD assuma com coragem que falhou nas muitas promessas que fez aos cidadãos deste Concelho e que lhe valeram sucessivas maiorias eleitorais. É preciso assumirem que não haverá, entre muitas obras coisas: Quatrocentos fogos de habitação social, Centro Náutico da Lagoa e do Arnóia, Centros de interpretação ambiental, Grande auditório, Internet sem fios em todo o Concelho, Museu de Arqueologia, Museu de desenvolvimento rural, Criatório de ostras, Nova Óbidos, Parque eólico, Parques de lazer em todas as freguesias e Piscinas nas freguesias. E é de começar a ter dúvidas sobre o muito prometido Museu das Guerras Peninsulares, os Edifícios Centrais do Parque Tecnológico, Parque Florestal do Bom Sucesso, etc., etc. é que é muito fácil candidatar projectos aos QREN, mas não se pode esquecer que a comparticipação municipal é um elemento fundamental. Perante este cenário onde estão os dez milhões de euros necessários para participar os projectos aprovados? Com mais endividamento? Ou o endividamento que resta já não chega para tal? Os eleitos do PS não aprovam soluções fáceis que comprometem o futuro do Município de Óbidos com recurso a sucessivos empréstimos a pagar em futuros mandatos. Contudo, devido à grave situação financeira, que o Executivo se recusa a aceitar, mostrámos disponibilidade para viabilizar um novo pedido de empréstimo bancário da Câmara Municipal de Óbidos, se: Primeiro – Forem previamente analisadas as dívidas e os compromissos financeiros da Câmara Municipal e das Empresas Municipais; Segundo – Forem discriminadas as dívidas a fornecedores, prevendo prazos para a sua regularização e atendendo à sua antiguidade; Terceiro – Forem fundidas as empresas municipais de Óbidos; Quarto – O novo empréstimo for, maioritariamente pago durante o presente mandato autárquico, ou seja, sem período de carência e com um prazo máximo de cinco anos. Só deste empréstimo a CMO terá de pagar mais de meio milhão de euros de juros à banca, a que acrescem os compromissos assumidos nos restantes empréstimos. A pergunta que ninguém quer que se faça é esta: dentro de dois anos quanto estará a pagar mensalmente, durante uma década, a CMO em juros e capital aos bancos destes empréstimos: sessenta mil euros? Cem mil euros? E no próximo mandato qual será o valor? Queremos contribuir para se resolverem os actuais problemas financeiros criados pela gestão da maioria, mas entendemos que é irresponsável a proposta de mais endividamento, nestes termos, algo que hipoteca os futuros mandatos autárquicos. Do blog de candidatura do PSD em dois mil e nove lá estão mais promessas. Mas está curiosamente um desabafo de um jovem que quero aqui trazer. Diz assim, dirigindo-se ao candidato Telmo Faria: “Sem

sentimentos partidários pois não represento qualquer partido e até votarei em si mas por favor não nos dê prémios dê-nos trabalho e qualidade de vida! Sou apenas mais um jovem que gosta da sua aldeia e que quando olha, sente um vazio na terra e na sua gente!!!”.-----  
--- O Senhor Deputado Custódio Santos disse que aquando da discussão do orçamento para dois mil e dez dissemos que duvidamos dos valores apresentados, sobretudo no que diz respeito às receitas, porquanto ao contrário do que é afirmado e dado por adquirido em receitas de capital, alicerçadas nas vendas de imóveis, lotes, terrenos urbanos urbanizáveis e a reordenar a sua classificação, não só não é garantido que se vendam os imóveis, os lotes e os terrenos urbanos, como não está garantida a alteração da classificação dos terrenos urbanizáveis. Na ocasião afirmámos também que a receita estimada em quase sete milhões de euros, proveniente da venda de terrenos, corresponde a trinta e três por cento do total das receitas de capital e que um eventual erro nestas provisões, representará um rude golpe no normal funcionamento da Autarquia. Dissemos igualmente que se do total das receitas de capital, estimado em vinte milhões e oitocentos mil euros, retirarmos as receitas provenientes da Administração Central e da União Europeia, e do empréstimo para pagar as obras das escolas do Alvito e do Furadouro, o que fica? O recurso a um novo empréstimo para fazer algumas obras ou só festas e foguetes? Festas e foguetes não faltam. Obras é que são poucas, sobretudo no respeitante às redes de água e saneamento. Relativamente a estas redes importa referir, porque não fazem parte da espuma das ondas, o Concelho de Óbidos continua a não cumprir com a legislação, nomeadamente no que diz respeito ao material existente nas condutas de água, na Vila de Óbidos e nas freguesias, e não existência de condutas de esgotos separados, domésticos dos pluviais. Mas como estas redes estão enterradas não obstante o seu impacto, no caso negativo, na saúde das pessoas. Estranho até que a autoridade de saúde municipal nada diga sobre as citadas redes. Reafirmamos, é estranho, não é? Por falar em estranho não deixa de constituir uma enorme estranheza que não obstante o significativo aumento das taxas e tarifas suportado pelos munícipes a qualidade do serviço prestado pela Autarquia nestas áreas nada tenha melhorado nem se prevê que venha a melhorar. Não deixamos ainda de criticar o facto de três meses após a aprovação por esta Assembleia Municipal já a Câmara Municipal estar a pedir um novo empréstimo quando antes se afirmava que o orçamento apresentado era consistente. Está-se a ver bem a consistência dos documentos apresentados pelo Executivo Municipal. Isto é, o orçamento dois mil e dez oportunamente aprovado mais não é do que uma falácia, técnica e política, e confirma a justeza das observações então feitas pelo PCP e que os Senhores representantes não quiseram ter em consideração. A propósito do pedido de autorização com vista à contracção do empréstimo, solicitando as seguintes informações: Qual ou quais as rubricas orçamentais de receitas de capital que acolhem o empréstimo solicitado? Qual ou quais as rubricas orçamentais das despesas de capital que serão objecto de afectação, nomeadamente: Pavimentação de caminhos e estradas no valor de quinhentos e noventa e oito mil trezentos e quarenta e quatro euros e oito cêntimos, Construção do complexo logístico no valor de trezentos e quinze mil quatrocentos e vinte e cinco euros e cinquenta e um cêntimos. Construção do edifício multiusos em A dos Negros no valor de setecentos e setenta mil quinhentos e vinte e seis euros e cinquenta e seis cêntimos. Remodelação do jardim de infância do Vau no valor de trezentos e sessenta e sete mil e quinhentos euros. No respeitante à remodelação da rede geral de

distribuição eléctrica no valor de cento e trinta mil duzentos e vinte e oito euros e trinta cêntimos, é mais que evidente que o referido valor bem como outros, eventualmente as obras atrás referidas foram inscritos no orçamento dois mil e dez, sem o conveniente suporte financeiro, receitas, ou apenas para preencher lacunas, porquanto só agora é que é solicitado o empréstimo possibilitador da sua concretização. A ver vamos. Por isso e em coerência com o que atrás dissemos votaremos contra a autorização solicitada. Todavia, quando a Câmara Municipal apresentar documentos assentes no rigor e conforme os interesses das populações do Concelho a nossa postura será diferente. Estamos aqui para servir as populações e é de acordo com este principio que agiremos. Tenho dito.-----

--- O Senhor Deputado José Botelho disse que ficou um tanto perplexo com a intervenção feita pelo Senhor Deputado Luís Carvalho, porque o que está em causa é um empréstimo de dois milhões e setecentos mil euros. Esse empréstimo não é enquadrado em finalidades, que são aquelas que o fundamentam, nem para as quais vai ser o seu destino, estamos a falar de investimentos, mas no conjunto do orçamento da Câmara Municipal. O orçamento da Câmara Municipal é de cerca de quarenta milhões de euros. O total do dívida que a Câmara Municipal tem, com orçamentos na ordem dos quarenta milhões de euros, por ano, é de dez milhões e pouco. Esse conjunto, esse balanço, saber qual é o peso relativo que ocupa, não foi feito. O que foi feito, foi dizer que cada Obidense, daqui a quatro anos irá pagar, ou estará a dever, mil e cem euros pré-capita à banca. Há oito anos o orçamento da Câmara Municipal de Óbidos, que hoje é de quarenta milhões de euros, não ultrapassava os sete milhões de euros. Quando o Senhor Deputado Luís Carvalho disse que a dívida da gestão socialista era metade, quis fazer notar o peso relativo que ocupa. Metade de sete milhões são três milhões e meio. Metade de quarenta milhões são vinte milhões. Sucede que a dívida é de dez milhões. Até aqui se reduziu, em termos proporcionais, a dívida que, não asfixiava, afogava o Concelho de Óbidos. O Executivo Social Democrata, em termos camarários, herdou uma Câmara Municipal que tinha no banco trinta mil euros. Hoje o património da Câmara Municipal está cotado em cerca de vinte e cinco milhões de euros. A dívida, no seu conjunto, não foi aqui referida. Basearam-se numa falácia, numa premissa, à partida errada. Estão a discutir a aprovação de um empréstimo, não estão a discutir o programa eleitoral do Executivo PSD, que ganhou com oitenta por cento. Não é disso que se trata, naquela listagem que aqui foi apresentada do manifesto eleitoral do PSD. A fundamentação deste empréstimo tem que ver com obras concretas, ou seja, as escolas no Vau, em A dos Negros, em Óbidos, nas Gaeiras, vão ter obras de melhoramento financiadas por este empréstimo. O complexo logístico municipal e o complexo multi-serviços de A dos Negros, vão ser financiados, também, por este empréstimo. A dos Negros vai ter centro de saúde, vai ter junta de freguesia e vai ter edifício polivalente, para diferentes valências de uso. O PS votou contra o orçamento. O PS votou contra as taxas e licenças, na última Assembleia Municipal. O PS votou contra a hasta pública de edifícios camarários, que foram comprados, justamente, para ter uma função social e ao mesmo tempo poder aproveitar o remanescente de superfície para valorizar o património municipal. Que raio de PS é este que só vem aqui para bater. Não vem aqui com uma ideia boa, uma proposta generosa, um reconhecer que ali está bem, um dizer que ali não está tão bem. Não, é bater, está tudo mal. Não vamos fazer nada e não deixamos os outros também fazer. Não lhe parece que seja a melhor maneira de estar e de agir. Que raio de

Governo e de País nos temos, em que a Caixa Geral de Depósitos, num empréstimo a uma Câmara Municipal, de entre seis ou sete bancos, é aquela que apresenta uma comissão maior, um spread maior. É um banco público, ao serviço do desenvolvimento, ao serviço dos portugueses. O que temos é a melhor proposta apresentada por um banco espanhol. Isto faz-nos interrogar sobre a forma como os socialistas gerem as instituições públicas e as empresas públicas no nosso País. Quanto à intervenção do Senhor Deputado Custódio Santos, o mesmo vem dizer que há umas falácias, faz perguntas sobre o direito à informação e fala na espuma das ondas. A obra que se faz não é espumosa, que desaparece ao primeiro sopro, ao primeiro vento. É uma obra sólida e firme. Ao contrário do que disse o Senhor Deputado Luís Carvalho, que houve um jovem que disse que se sentia cheio de vazio e sem qualquer esperança, hoje, mais que nunca, os jovens e os menos jovens do Concelho, têm orgulho em ser Obidenses.-----

--- O Senhor Deputado José Capinha disse que gostava de dirigir a primeira parte da intervenção ao Senhor Deputado Luís Carvalho, com um comentário pelo facto de ter lido a intervenção que fez. Não é falta de capacidade de falar, porque já os habituou a falar de forma bastante fluida. Demonstra o que infelizmente tem sido usual no PS. É trazer ideias feitas, não querer qualquer esclarecimento. Mesmo quando ele é dado, não o aceita e perpétua, após a explicação, que não pediu e que não quis, as falsidades. É obvio que o comportamento do PS, nem outro seria de esperar, porque foi recorrente nas duas últimas Assembleias Municipais, é muito fácil de entender. Não querem aprovar, nem vendas, nem financiamento, nem nada. Querem que o Município pare, não faça nada, porque acham que vão lá chegar por inacção. Por inacção vossa e provocando a nossa inacção. Estão enganados. Primeiro demonstram uma falta de humildade enorme. As eleições foram recentes e não perceberam que o que as pessoas querem é o que está aqui espelhado. Acha que já não devem perder muito tempo a explicar algo que o PS não quer perceber e vão continuar, continuamente, a dizer o contrário. Já que o Senhor Deputado Luís Carvalho fez atenção em ler um blog, leu o que diz o blog do PS, e que é o seguinte: “Também levaram, na anterior reunião de Câmara, a Senhora Vereadora a igualmente votar desfavoravelmente a rectificação de novo empréstimo”. Isto escreveu o PS. Nos documentos que receberam, tem o sentido de voto, e indica que se absteve. Quando alguém se abstém, apoia. Foi isso que o PSD fez a nível nacional. Quando alguém se abstém, mostra apoio. Mas não, escreveram “vota desfavoravelmente”. Isto não é verdade. Mas é nisto que vão continuar a insistir. Dão tantas vezes os exemplos de Caldas da Rainha, que podiam lá ir buscar os mesmos, dado que também fizeram empréstimo, no qual o PS teve uma atitude bastante responsável, votando favoravelmente. Esses exemplos já não vão buscar. É um contínuo enganar, é um contínuo não querer perceber nem querer aceitar as explicações que lhes são dadas. O PS não tem autoridade de viabilizar nada. É o PSD, que foi eleito, que gere, que tem o apoio da Câmara Municipal. Para terem o respeito do PSD e acharem que poderiam viabilizar, é preferível não viabilizar. São contra as obras que são feitas no Concelho, são contra todos os investimentos, porque nem sequer discutem, nem apresentam outras alternativas. O conjunto de ideias do PSD é tão grande que se prende com vazio da parte do PS.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que cada um fica perplexo com aquilo que entende. O Senhor Deputado fica, certamente, tranquilo com tudo aquilo que se está a passar hoje e depois fica perplexo com a sua intervenção. As perplexibilidades que o Grupo Municipal do PS

tem, com a questão de indevidamente municipal da maioria PSD, é francamente mais preocupante e deixa-os mais perplexos, do que propriamente a sua intervenção. Orçamento da Câmara Municipal de quarenta milhões. O Senhor Deputado acredita nisso. Lembra-se de um orçamento que não era de quarenta milhões, era de quarenta e dois milhões. Ele é que ficou perplexo. Dentro de um mês vão estar aqui para discutir as contas de dois mil e nove. Nessa altura terão oportunidade de voltar a falar dos orçamentos dos quarenta milhões e dos quarenta e dois milhões. Vê aqui várias falácias e o Senhor Deputado vê no seu discurso. Entra por um caminho que é um bocadinho perplexo e falacioso. Vitória do PSD de oitenta por cento. Qual é que foi essa vitória. Aquilo que se lembrou, quando o estava o ouvir, é que, provavelmente, o Senhor Deputado já está infectado com o síndrome do empolamento do Senhor Vereador Humberto Marques, que também empola tudo e que também aumenta tudo, artificialmente. Ouvia falar dessa vitória de oitenta por cento, nas palavras do Dr. Telmo Faria, em dois mil e cinco, quando disse que em dois mil e nove havia de ser de oitenta por cento. Mas não foi. Já deu para perceber que o empolamento das coisas vai infectando as pessoas. O PS não votou contra o orçamento de dois mil e dez, absteve-se. A Caixa Geral de Depósitos é o tal braço armado do PS, liderada por um antigo ministro do PSD, e por uma pessoa filiado no mesmo. Que raio de PSD é este, que tem um Deputado que faz a intervenção que o Senhor Deputado aqui fez. Relativamente às instruções do Senhor Deputado José Capinha, disse que começou a ter algum cuidado em escrever as suas declarações, que depois entrega para acta, para que as coisas fiquem escritas exactamente como as quis dizer, e para que um dia elas possam ser recordadas, por não estarem, eventualmente, mal interpretadas, porque, obviamente, quem está a fazer as actas não é obrigado a registar exactamente tudo. Assim é a garantia de que fica lá tudo que efectivamente quis dizer. Nos próximos tempos é preciso ter algum rigor. O Senhor Vereador José Machado pediu vários esclarecimentos, em reunião de Câmara, não tendo obtido resposta. O próprio Partido Socialista, na sequência da última reunião de Câmara, teve oportunidade de enviar ao Gabinete do Senhor Presidente da Câmara Municipal, um conjunto de esclarecimentos, na quinta-feira a seguir à reunião de Câmara, que veio devolvido, porque o e-mail, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, que está disponível, é um e-mail intitulado Chefe de Gabinete. Supostamente a pessoa está ausente no estrangeiro, e portanto, teve que ser reenviado já durante o dia de hoje, para o Adjunto do Senhor Presidente da Câmara Municipal. Têm feito imensas solicitações sobre esta questão do empréstimo. A Câmara Municipal é que não tem respondido. A Senhora Vereadora, numa votação, envolvendo este empréstimo, votou contra. O PS orgulha-se de ser um partido plural. Já sabem o que é que a bancada do PSD faz, quando vota as questões da maioria do PSD e do Executivo da Câmara Municipal. Mesmo que elas sejam enviadas para votar, em cima da hora. No PS, cada um pensa pela sua cabeça e pode exercer os seus direitos de eleito. Já sabem como é que toda a gente vota aí, atrás daquilo que manda a Câmara Municipal. Estar a exigir que a bancada do PS faça uma gestão política em articulação com o PS de Caldas da Rainha, era o mesmo que o PS pedisse que fizessem uma gestão do Município igual àquela que faz o Presidente da Câmara Municipal de Caldas da Rainha, o que, obviamente, não querem fazer.-----

--- O Senhor Deputado José Oliveira disse que não podem esquecer que o Município de Óbidos, quando foi assumido pelo PSD, tinha um empréstimo na ordem dos dois milhões e meio de

euros, que foi feito pelo PS e foi aprovado pelo PSD, em Assembleia Municipal. Se tiverem em conta isto, podem verificar uma situação. Este empréstimo, que ainda hoje está a ser pago pelo Município, representava na altura, para o orçamento, cerca de trinta e três a trinta e quatro por cento. Com a credibilidade que o Município tinha nessa altura, que era uma credibilidade com os trinta mil euros que tinham na conta bancária e com mais do dobro dos salários, que tinham que pagar, poucos dias depois. Em relação ao empréstimo, às dívidas que o Município tem, que orçam na ordem dos seis milhões e qualquer coisa, comparado com os quarenta e dois milhões, representa menos de metade, em valor percentual, àquilo que estava. Em relação às dívidas, não podem olhar só para as dívidas no seu passivo. Devem olhar para as dívidas no seu passivo e devem olhar também para os activos, àquilo que á a receber em relação a isso. Segundo informações, as dívidas são da ordem dos seis milhões e pouco e o que há para receber orça num montante que ronda os treze milhões, além de outras coisas que estando previstas, não estão, neste momento, ainda, cem por cento concretizadas. Não é coisa que se possa garantir neste momento. Demonstra que o Município, contínua a estar com uma situação saudável, e que pode perfeitamente garantir o pagamento deste empréstimo.-----

--- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que o Senhor Deputado desta vez inovou na leitura. Só podia ter dito no início, ou no fim. Citação José Machado. Já conhecia o documento. Já o ouviu três vezes. O Senhor Deputado não inovou no posicionamento que toma em relação a decisões importantes de crescimento do Concelho. Aí o PS não inova. O jovem que escreveu no blog do PSD é um jovem muito atento. O PS devia tomar boa nota do que ele quis dizer. Hoje tem a titularidade do cargo que ocupa, foi mandatado, não sabe se terá daqui a algum tempo. Mas continuará a ser um cidadão, um munícipe de Óbidos. O Concelho de Óbidos está absolutamente confinado a uma administração, seguramente, sempre do PSD, se quiser continuar a crescer e a continuar todo o trabalho. O PSD não teve o resultado dos oitenta por cento. Não sabe se queria falar de dois mil e treze, com a continuação da linha do PS, que tiveram um resultado, em valor absoluto, mais baixo do que á quatro anos. Com quatro anos de Universidade, já era tempo de terem tomado boa lição e devida nota disso. É de uma falta de humildade, já para não dizer de irresponsabilidade, como o Senhor Deputado invocou a esta Assembleia Municipal, após sair de eleições, em que o povo os mandatou para actos de gestão, para executar determinadas obras, virem meter em causa essas mesmas obras, como estão a fazer. O discurso de que pediram informações, pediram isto e aquilo, é a renda da parte final do lençol. Porque o lençol, o objecto é uma outra coisa. Até fazem um favor votar contra. Vão ter é que assumir, para a população, que votaram contra as obras. Que votaram contra o Centro de Saúde de A dos Negros, contra a sede da Junta de Freguesia de A dos Negros, contra um conjunto de equipamentos comuns em A dos Negros, contra isso tudo. Depois vem o Senhor Deputado falar em tout-venant. Têm, nestes cadernos, cerca de dois, virgula, nove milhões de euros e estão a pedir dois, virgula, sete milhões de euros. Se fizer a diferença, são duzentos mil euros. A tout-venant dá cento e cinquenta e quatro mil euros. Sabem como é que se faz demagogia, já estão habituados. O que o povo espera do PSD é que se faça obra. Não fique preocupado com a gestão pós dois mil e catorze, porque se houvesse algum problema, esse problema ainda tinha que ser resolvido pelo PSD. Não deixaria a Câmara Municipal como a Administração do PS deixou a mesma. Os trinta mil euros, eram menos de metade daquilo que

tinham de pagar de salários, vencimentos na Câmara Municipal. Nessa altura, enquanto membro da Assembleia Municipal, teve, em conjunto com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, a humildade de perceber os resultados eleitorais e de viabilizar, votar favoravelmente o empréstimo de dois milhões e meio, que representava cerca de trinta por cento do orçamento, para a construção de um estádio municipal. Hoje, estão a falar de educação, saúde, rede viária, investimento reprodutivo. Houve a humildade de perceber que a população de Óbidos tinha dito que a gestão era, para o bem e para o mal, da responsabilidade do PS. O PS nunca teve humildade de reconhecer aquilo que a população disse. Estão a falar de um empréstimo que representa cerca de seis, vírgula, sete por cento, contra os trinta e cinco, vírgula, sete por cento, na altura do PS. O Município não vai meter este património à venda, a qualquer preço. Votam contra quando é obras, quando é angariação de receitas. É essa a postura do PS. Fez uma diferença entre o PS do Senhor Vereador José Machado e o PS da Senhora Vereadora Maria Goreti. A Senhora Vereadora corre sérios riscos de entrar na lista negra do PS. Que ela resista, porque as pessoas no PS, que têm atitudes responsáveis de perceberem quando é que se disputam eleições e de perceberem que se trata de qualidade de vida dos munícipes, fazem toda a diferença. É isto que a Senhora Vereadora tem feito, desde o primeiro dia, em que chegou à Câmara Municipal. Foi despir a camisola eleitoral e perceber que agora é tempo de servir a população. Espera que consiga resistir a esta lista negra, contra as demagogias que o PS trás à Assembleia Municipal, de meter a Câmara Municipal quase na banca rota. Acham que é por acaso, que aparecem seis ou sete entidades bancárias a apresentar propostas. Acham que spread de um, vírgula, vinte e cinco se dá a qualquer Câmara Municipal. Não enganem as pessoas. Essa é a prática do PS do Senhor Vereador José Machado, que vem procurar aqui dizer, e amarrar a Senhora Vereadora Maria Goreti, que ela também votou contra. A Senhora Vereadora percebeu o que estava a jogar e tomou uma posição sensata. Percebeu, que tinham treze, vírgula, três milhões de euros para receber, a curto prazo, muito diferente dos dois, vírgula, sete milhões de euros. Percebeu também que havia imóveis que não quiseram meter já em hasta pública. A Senhora Vereadora disse que era preciso continuar, não parar. O PS queria que houvesse uma revisão do orçamento em baixa, que não existissem obras. Queria condicionar a tesouraria, para hipotecar o investimento público.-----

--- A Senhora Deputada Sílvia Saramago disse para acabarem com esta irresponsabilidade. Digam de uma vez por todas que não querem deixar este Executivo trabalhar. Com esta atitude estão a colocar-se ao lado de uma corja de irresponsáveis. O essencial é que esta Câmara Municipal tem capacidade de indevidamente para fazer este empréstimo. Tentam pescar os incautos que estão, eventualmente lá fora, e não assistem a estes trabalhos, nem às reuniões de Câmara e não têm acesso a toda a informação, mas as pessoas não são parvas. Parem com esta irresponsabilidade. Não querem que o eleitorado do PS saiba que se trata aqui de compromissos assumidos, com prazos de execução para cumprir. Interessa dizer que este Executivo é uma cambada de malfeitores, que não sabe o que anda a fazer. À muito pouco tempo, o eleitorado de Óbidos disse, muito claramente, aquilo que queria fazer para o Concelho. E disse muito, disse que queria obras. O que o PS está a dizer é que não quer que este Executivo realize as obras. Não querem que o Executivo trabalhe. É a cereja na bola de irresponsabilidade, que a bancada do PS personaliza muito bem.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço disse que não quer baixar ao nível a que isto chegou hoje. Censurou a atitude do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, de ter tomado posição aberta e pública, quanto ao que se estava a debater, em defesa de uma das partes e em defesa, portanto, da posição seguida pelo PSD. Se o princípio de imparcialidade no funcionamento e na direcção da Mesa continuar, parece que têm que tomar algumas posições. A segunda intervenção do Senhor Vereador Humberto Marques descambou autenticamente num comício contra o PS. Ouviu chamar quase todos os nomes, as maiores censuras, a maior chicana na sessão anterior, ao membro do Partido Comunista, um homem sério e honrado, que está aqui, a quem fizeram a maior chacota. São normalmente apelidados de arrogantes. Falou-se na demagogia do PS, que não tem humildade de espécie nenhuma. Ouviu falar, não sabe se é verdade, que o PSD chegou a abandonar a Assembleia Municipal e deixar de nela participar. Depois entraram nos ataques pessoais. Foi o problema de vir escarpelizar os procedimentos e as formas de votar dos membros do PS ou da Senhora Vereadora, que vota livremente e ninguém vai lá, por detrás dele, como já viu nesta sala, indicar votações e modos de votar e de fazer. Ainda resta as repetidas acusações de irresponsabilidade e de colaboração com uma corja de irresponsáveis. Acha que não se pode dizer mais. Ponha o empréstimo à votação, para isto não baixar de nível. Dizem que o PS chamou uma cambada de malfeitores à Câmara Municipal. Não esperava que isto chegasse a este ponto. Lamenta muito. São livres de dizer tudo o que quiserem. Desde que haja um mínimo de respeito, que agora parece que se perdeu. Não o ofende nem fica aborrecido com ninguém por terem chamado uma corja de irresponsáveis. Não lhe faz mal nenhum. O dado político importante é a maneira de votar do PS. Votam contra aquilo que devem votar, votam a favor daquilo que devem votar. Continuam a votar tranquilamente, como entenderem. Têm consciência, sabem o que querem e o que entendem que é melhor. Dormem inteiramente sossegados por votarem contra. Essa crítica, que é a única crítica que realmente é correcta, de que o PS vota sistematicamente contra e que, portanto não tem nexos e credibilidade, é uma crítica que se pode fazer. Em nada o incomoda. Pediu para que a Assembleia Municipal não continuasse por este caminho.-----

--- O Senhor Deputado José Botelho disse que o Senhor Deputado estava muito preocupado se eram quarenta e dois ou quarenta. Uma preocupação que ocupa os melhores espíritos. A crítica que foi feita foi de macro gestão e em termos em que parecia que a Câmara Municipal estava na banca rota, que voltaram a estar de tanga. Foi suficiente mostrado pelos esclarecimentos dados pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal e pela referência feita pelo Senhor Deputado José Oliveira, como está, e é, a situação financeira da Câmara Municipal. Sobre a finalidade do investimento, fosse nos serviços integrados, fosse no centro de saúde e na junta de freguesia de A dos Negros, fosse na recuperação de escolas, fosse no melhoramento das vias, nem uma palavra houve. Sobre a intervenção do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, parece-lhe que foi claro no que disse, não na qualidade de Presidente da Mesa, mas como membro eleito desta Assembleia Municipal. Quanto à intervenção do Senhor Deputado João Lourenço disse que também lamentam que no combate político, mais a quente, com os ânimos mais exaltados, possam ser proferidas expressões que têm um contexto e uma circunstância e nela podem ser entendidas. Nesse sentido houve umas referências a corja de bandidos, que não são mais do que uma manifestação do estado de espírito, de uma exaltação, que não corresponde

àquilo que era a intenção da Senhora Deputada, ao referir-se à sistemática oposição do PSD, no sentido de não entrarem todos à procura do melhor para o Concelho. Encontraram uma oposição que insiste em bater e cuja atitude é apenas e só deitar abaixo.-----

--- O Senhor Deputado José Capinha, referindo-se ao Senhor Deputado João Lourenço, disse que falar como falou, da questão que colocou ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício, desvirtuar como desvirtuou, quando falou e disse que o nível estava a baixar, não esteve na mesma Assembleia Municipal. Intervieram como acharam. Ninguém os interrompeu, ninguém lhes colocou questões, ninguém fez juízos de valor sobre a intervenção do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício, ninguém ficou tão incomodado como os Senhores ficaram, quando o Senhor Vereador Humberto Marques elogiou uma Vereadora do PS. Os Senhores que criticam tanto o PSD, por estar sempre a dizer que não fazem nada, quando alguém elogia, ficam todos super nervosos. Disse que o Senhor Deputado Luís Carvalho não se preocupou em esclarecer as coisas. Quando referiu a situação do PS no blog e quando referiu o documento que lhes é entregue, onde mostra a sentido de voto, não fez qualquer alusão à maneira como as pessoas votaram. Não faz considerações sobre o voto que cada um tem. Entende que o voto é livre, seja que de força partidária for, mesmo que em dissonância com o seu grupo. Não faz qualquer juízo de valor sobre isso. Tal como também não faz quando é consonância, como o PS várias vezes faz, em relação à bancada do PSD. O que comentou foi a forma como o PS distorce aquilo que lhe é explicado, que patente no blog. Colocaram que o sentido de voto de abstenção é desfavorável, quando não é. Esse facto político é que interessa. Cingindo-se ao que este ponto interessa, ainda não foi referido, por ninguém, que para além destas obras, do valor de que é apresentado como financiamento das mesmas, as obras significam mais do dobro em obra. Este é um financiamento, mas as obras têm um valor que é o dobro. Grande parte desse valor, inclusivamente, é participado. Mas como os Senhores não se preocupam com as obras em questão, interessa é parar esta gestão. Cingem-se a um valor, esquecendo-se que a outra parte é também colocada, não só em termos de financiamento, como introduzida pelo Município, mas não é isso que os preocupa.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Santos disse ao Senhor Deputado José Botelho, que é com muita honra que é Obidense de raiz e continuará a ser, até que a palavra de doa. Está aqui para defender os munícipes do Concelho, os munícipes carenciados e carenciados parece que somos todos. Quando se fala de assuntos que toca a todos e de certa gravidade, vê um certo silencia da parte da bancada do PSD, e quando não é silêncio é agressividade. Isto entristece-o. Quando se fala das águas que passam para as creches das criança, para os jardins de infância, para a sopa do nosso dia a dia, para o nosso pão, por canos de amianto, que são cancerígenas, ninguém fala, nem responde sobre esta questão. Não está contra a obra feita, está contra a falta das obras que estão em primeiro lugar, quanto a si. Está contra as obras que estão por fazer. Também o entristece as águas pluviais misturarem-se com águas do saneamento básico. Devia-se tratar as coisas pela raiz, principalmente pela saúde pública. Como avó, gostava de ver crescer os seus netos com saúde, para que amanhã os estejam a substituir, como homens dignos e honrados.-----

--- O Senhor Deputado José Coutinho disse que gostava de referir duas notas. Uma primeira tem a ver com uma pequena história, e tem a ver com os fundos estruturais. Passado a ano de mil novecentos e noventa e nove, decorria o fecho de uma coisa chamada POA – Programa

Operacional de Ambiente. Estavam no final do segundo quadro comunitário de apoio. Decorria o debate sobre as incineradoras e as lixeiras. Nessa altura o Estado optou pela via de incineração ou aterro sanitário. E foi o que foi. Uma coisa aconteceu e é pública. Na altura, o estado Português devolveu oitenta milhões de contos, quatrocentos milhões de euros, Feder, à União Europeia. Com este dinheiro, dava para fazer dez aterros sanitários equivalentes à Resioest, ou soluções equivalentes, sustentáveis, que afectariam, à escala actual, três, vírgula, dois milhões de habitantes. Até à data, o aterro sanitário do oeste custou ao Estado Português e aos munícipes da Região Oeste e Lisboa, qualquer coisa como dois, vírgula, cinco. Antes do seu uso final ele vai custar mais do que o dinheiro todo envolvido nesta operação. Isto tem a ver com uma coisa muito simples, que se chama posicionamento estratégico. Na altura o Estado devolveu oitenta milhões de contos, porque não quis gastar cinco milhões de contos, na chamada contrapartida nacional. Sobre a segunda parte da sua intervenção, disse que o facto de não contraírem o empréstimo, põe em causa muito mais do que dois, vírgula, sete milhões de euros, porque a Câmara Municipal de Óbidos e todas as Câmaras da região centro têm, contratualizadas, portanto é obrigatório, sob pena de penalização, de arranjar dinheiro para a contrapartida nacional. Os fundos comunitários não são pagos a cem por cento. São pagos numa proporção. Por isso é que se chamam co-financiamento. Como não há câmara nenhuma do País que tenha dinheiro para suportar os projectos estruturantes do seu Concelho, necessita de empréstimos bancários. Têm é que debater o porquê deste projecto, que linha estratégica é adoptada e se o dinheiro é, ou não, bem aplicado.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado disse que antes de vir para a Assembleia Municipal, primeiro que tudo é pessoa, e não se considera que tenha sido respeitada enquanto pessoa, quando intervêm e existem aros de risos e quando as pessoas que fazem intervenções, encostam-lhe quase, o dedo ao nariz, parecendo que lhe querem bater. Isso não admite a ninguém e acha que foi muita falta de senso político, pessoal e de educação. Também não viu ninguém rir-se quando alguém aqui se referiu a sistema reprodutivo e não sistema produtivo, mas viu toda a gente a rir-se e a fazer risotas quando o Senhor Deputado Custódio Santos teve dificuldade em dizer a palavra cancerígeno. Continua a entender, que é despropositado e fora do contexto a tomada de parte do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal por uma das partes. A Assembleia Municipal é um órgão autónomo, independente, fiscaliza a actividade da Câmara Municipal. Neste âmbito será um espaço de discussão, de diálogo e é suposto que o Presidente, ainda que eleito por uma das entidades pertencentes, seja imparcial, e estão habituados a que isso se passe, até aqui. O Senhor Vereador Humberto Marques falou em resultados eleitorais e da legitimidade que eles nos dão. Pelo mesmo raciocínio, poderemos dizer que o Pereira Júnior, até a gestão danosa que fez foi por legitimação da votação, porque o PSD, na altura, era inexpressivo a nível eleitoral. Quanto ao facto de estarem aqui a dizerem coisas, estão aqui, não abandonam a sala. Estão aqui, dão a cara, conversam, falam e não vale a pena vir com conversas, porque embora não estando aqui, o Senhor Vereador estava, sabia o que se passava. Um dos discursos que foi feito e que foi uma intervenção a respeito do empréstimo, foi mais incisivo, mostra bem a diferença entre virmos para aqui, fazer a oposição e dar a opinião de forma independente, e aquelas pessoas que se têm que prestar a determinados conceitos e opiniões que podem não ser as suas, mas que têm obrigação de dizer ou de fazer, ou se vêm

coagidos ou pressionados a fazer. São livres, têm o seu trabalho, o seu emprego e portanto dão livremente a sua opinião.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que o contágio continua. A questão dos números, que foi uma pequena falha, quarenta, quarenta e dois. Já perceberam como é que as contas são feitas pela maioria do PSD. Até houve um membro deste executivo que quando tirou percentagens no âmbito do Óbidos Solar, também se enganou nas contas. A maioria PSD continua a ter alguns problemas com as contas. Começam a ser vítimas porque na bancada do PSD, alguns Senhores são, de facto, tão maus em contas. Da intervenção da Senhora Deputada retirou a paixão com que fala das coisas. Regista isso com simpatia. Relativamente ao mais, deixou-se levar pela paixão do que falou. Disse ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal que sabe que a maioria PSD tem tido alguns êxitos nessa área. Acha que o anterior mandato já deu provas disso e acha que este mandato vai continuar a dar provas disso. Não os convertem. Tem alguns êxitos no passado e se calhar isso inspira-o para tentar converter mais alguns.-----

--- O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que queria saber qual é que é a diferença por terem o período de carência e por não terem o período de carência. Porque é que se decidiu fazer um empréstimo com período de carência e porque é que não se decidiu fazer um empréstimo sem período de carência. Não conseguiu perceber porque é que são dez anos, porque é que não são cinco, porque é que não são vinte. Estão a pedir dois, vírgula, sete milhões de euros. Treze milhões de euros de receitas a curto prazo. Acabou por não perceber. Se existem receitas a curto prazo, qual é a lógica de fazer um empréstimo. Sobram dez milhões. Deve haver aqui uma lógica e uma estratégia. É isso que é importante perceber. Esperava que isso fosse feito na introdução apresentada pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal. Têm que perceber as coisas que, às vezes, não são explicadas. As questões são colocadas e não são respondidas. O Executivo tem a maioria na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, portanto podem trabalhar e governar perfeitamente à vontade. Estão a fazer o seu trabalho, com todo o gosto, e infelizmente estão atentos a estas coisas todas e vão olhar para elas e tomar em atenção. Espera ter resposta a estas questões concretas e uma explicação para isso.-----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa disse que estão na berlinda e que são importantes, uma vez que tudo serve para os atacar, desde a forma como expõem as suas intervenções, à articulação e o consenso que existe entre o Senhor Vereador José Machado e os Deputados da bancada Municipal do PS. Pensa que tudo isto é importante para o PSD, uma vez que serve de tema de conversa numa Assembleia Municipal, quando outras coisas haveriam, certamente, para debater, com mais profundidade e que, de facto, ficaram por esclarecer. Relativamente à forma como estes ataques foram feitos da bancada dos Deputados do PSD, marca-se a descortesia por parte de alguns membros dessa mesma bancada, nomeadamente e comparativamente, a Senhora Deputada Sílvia Saramago, que ficou tão chocada com as palavras proferidas pelo Senhor Deputado Custódio Santos, numa Assembleia Municipais anteriores, e desta vez não se conteve na tal paixão que o colega referiu. Se fazem tudo tão bem, não sabe porque se incomodam tanto com o voto contra do PS. Não precisam dele, podem trabalhar à vontade. São poucos, mas são bons, de certeza.-----

--- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que não têm custos adicionais, pelo facto de terem o período de carência de dois anos. O que têm é um aumento do valor da

amortização da dívida nos últimos anos. Isto, se mantiverem a dívida até ao décimo ano. O Município, se tiver condições para pagar este, como outros empréstimos que foram referidos, antes do décimo ano, obviamente que o vai fazer. Não vai esperar que se esgote o tempo do período de amortização. Quando se faz uma crítica, deve ser com consistência. A empresa municipal Óbidos Requalifica, contraiu um empréstimo para adquirir todo o terreno onde está instalado o parque tecnológico e fazer infra-estruturas. Estas infra-estruturas, que já foram pagas, tinham um pressuposto de co-financiamento Feder. Têm andado embrulhados na Administração Central à espera que digam quando é que vão receber. Só daí são cerca de novecentos e cinquenta mil euros. Esse valor, com a venda dos lotes, vai servir para começar a amortizar a dívida. Não vão estar à espera para pagar essa dívida. Existe responsabilidade. Porque quê a amortização em dez anos e não em cinco anos. Perguntou porque não em vinte anos. Na condição de financiamento, se ao terceiro, ao quarto, ao quinto ou ao sexto ano, quiserem amortizar o total da dívida, o custo da amortização antecipada da dívida é zero. Nos investimentos que têm que alavancar, têm que ter algum cuidado e não asfixiar a tesouraria, neste curto espaço de tempo. Têm imóveis para lançar em hasta pública, num valor que ascende aos vinte e cinco milhões de euros, mas que ninguém garante que daqui a dois ou três anos, as coisas estejam em condições para avançar. Para não asfixiar os cofres da tesouraria, entendeu-se que era prudente fazer-se em dez anos. Têm o museus das guerras peninsulares e um conjunto de investimentos para fazer e que vão ser feitos. Conseguiram garantir financiamento Feder para a obra do museu das guerras peninsulares, que tinham inicialmente, sessenta por cento, e ontem mesmo, passou para oitenta por cento. A actual conjuntura económica, na actual dificuldade de tesouraria, da maioria das Câmaras, leva a que a execução física, desses dinheiros, que vêm da União Europeia, estejam em treze por cento, quando haviam de andar acima dos quarenta por cento. Isto obrigou a repensar a lógica que o Governo tinha. A parte que era de auto-financiamento das Câmaras não era suficiente. Eles não tinham capacidade, não executaram e não fizeram o que a Câmara Municipal fez. Arriscaram a construir complexos escolares com trinta e três por cento, quando sessenta e sete por cento é garantido pelo Município. Esse espaço, obviamente, foi sufragado em sede de eleições. Os graus de liberdade, têm a ver com a folga de tesouraria, que permite alavancar outros investimentos que têm para fazer, como o saneamento. O Senhor Deputado Custódio Santos faz tábuas rasas do que está contratualizado em matéria de saneamento e do que o Município já conseguiu contratualizar, em termos de verbas, para fazer face a despesas de investimento, na área do saneamento. Não podem exigir ao Município que se faça coisas difíceis, em seis ou sete meses. Nem podem dizer não ao empréstimo e depois exigirem obra. Quando se diz não ao empréstimo, está-se a dizer não a estas obras. A Senhora Deputada Sílvia Saramago teve uma intervenção que reflecte um bocadinho o certo cansaço que existe, desta maneira de fazer oposição. Uma oposição ruidosa, chata, pouco construtiva e que não contribui. Este foi um bocadinho o desabafo. Não precisam que o PS vote a favor. Sobre a matéria em causa, o empréstimo, até fazem um favor. Têm é que assumir que estão a votar contra estas obras. Não vão para as suas terras dizer que estão a favor das obras, porque no dia em que fizerem a inauguração das obras, vão ter que dizer quem é que esteve contra as mesmas. Quanto à intervenção da Senhora Deputada Anabela Corado disse que a mesma não resulta de muita substância. Não percebeu muito do que disse. Quando cometem as atitudes, que a própria

critica, é uma disfunção que tem. Lembrou que no momento em que estava a fazer a sua intervenção, a Senhora Deputada esteve, sistematicamente, a interrompê-lo. Não aceita que a Senhora Deputada venha dizer coisas que não sabe, como a do PSD abandonou. O PSD, em votação, em matéria de empréstimo, nunca abandonou. Noutras matérias pediu para que as coisas se fizessem de outra maneira. Nunca viu, nesta Assembleia Municipal, liderada por qualquer um dos Presidentes da Mesa, que têm tido nos últimos anos, nem por parte do Presidente da Câmara Municipal, ou de qualquer outro Vereador, tentativas de agressão. A Senhora Deputada fazia um certo turismo pelo Concelho, enquanto eles já andavam a trabalhar pelo mesmo. Está em substituição do Senhor Presidente da Câmara Municipal, porque o mesmo, está em representação do Município, com uma visita guiada com americanos e o Senhor Governador Civil. -----

--- O Senhor Deputado José Botelho disse que a Senhora Deputada Anabela Corado fez um conjunto de afirmações insinuosas sobre os membros que compõem a bancada do PSD, designadamente, que pensam de uma maneira e dizem de outra, porque estão obrigados a isso, porque são funcionários do partido. Quer deixar claro, que todos que estão aqui, eleitos na bancada do PSD, estão a cumprir serviço cívico, serviço voluntário, exercício de cidadania. Perdem ou ganham, depende da perspectiva, o seu tempo pelo Concelho, pelas outras e por esta comunidade. Não aceitam, de modo nenhum, que este tipo e essas referências, possam ser feitas, sem que haja da parte do PSD um repúdio absolutamente total e foram, infelizmente, declarações que lastimam.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi o Pedido de Autorização de Empréstimo para aplicação em investimentos, até ao valor de dois milhões e setecentos mil euros, ao abrigo da alínea d) do número dois e do número sete, do artigo cinquenta e três da lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, posto à votação, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor e sete votos contra. Aprovado em minuta por maioria, com vinte e sete votos a favor e um voto contra.-----

--- PUNTO NÚMERO DOIS – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: - Foi dada a palavra as Múncipes presentes.-----

--- Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

-- Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas vinte e duas horas do dia doze de Março do corrente ano. E eu Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Segundo Secretário desta Assembleia Municipal, lavrei esta acta que vou assinar.-----